O negro e o rádio: um depoimento

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA é professor de Antropologia da FFLCH-USP e autor de, entre outros, *Cor, Profissão e Mobilidade: o Negro e o Rádio de São Paulo* (Edusp).

80 anos de rádio

A profª Maria Arminda do Nascimento Arruda, no nº 53 da Revista USP, *ao apreciar o relançamento, pela Edusp, em 2002, do livro* Cor, Profissão e Mobilidade, O Negro e o Rádio de São Paulo, *do prof. João Baptista Borges Pereira, rotula-o, desde o título, como uma obra pioneira. Em vista do nosso presente dossiê, solicitamos ao professor um depoimento sobre o tema e ele nos mandou o que segue.*

Lembro-me como se fosse hoje. A década de 60 chegava ao fim. Depois de uma reunião científica no Rio de Janeiro, voltávamos a São Paulo, a bordo de um avião. Sentados lado a lado, eu e meu colega e amigo Carlos Guilherme Motta. Dentro de alguns dias, eu deveria estar perante uma banca examinadora de notáveis professores para defender a minha tese de doutorado, a primeira desde que, em 1936, a cadeira de Antropologia fora criada, na USP, pelo saudoso prof. Emílio Willems. A certa altura de nossa conversa, o historiador me surpreendeu (e até me preocupou) com uma observação textual, que ainda guardo inteira na memória: "Você é muito corajoso ao se doutorar com um tema duplamente fora de moda: o negro e o rádio". Carlos Guilherme acertara em cheio na sua observação,

exceto na expressão "corajoso". Era algo mais do que a coragem que me levava a estudar um tema que se poderia rotular hoje, modernamente, de Relações Raciais e Comunicação Social no Brasil. Fora a paixão pelo tema racial que me envolvia desde que, poucos anos antes, participara, como pesquisador, de investigação que Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Ruth Cardoso realizaram sobre o negro nas áreas meridionais do país. Dessa experiência de campo, em contato diário com esses professores, trouxe comigo a convicção de que meu destino de antropólogo já estava traçado.

O estudo do negro, no transcorrer da década de 50, constituía-se no grande tema de uma sociologia que se praticava na Maria Antonia, tendo à frente Roger Bastide e, principalmente, Florestan Fernandes. É dentro desse clima intelectual, que se estendeu pela década seguinte, que surgiram as teses de mestrado e doutorado de Ianni e de Cardoso, além da monumental tese de cátedra do mestre de todos – Florestan Fernandes –, teses que posteriormente iriam se transformar em livros clássicos sobre o negro brasileiro. Depois desses estudos como que a chama ateada pelo famoso projeto da Unesco começou a se extinguir. Em pouco tempo, a sociologia partiu para explorar outras áreas ou vertentes temáticas, deixando o negro e a questão racial brasileira à deriva. Com exceção de raros trabalhos ensaísticos, aqui e acolá, a sociologia sistemática e pesquisadora fez do tema uma preocupação residual, ou, no dizer de Carlos Guilherme, colocou-o "fora de moda".

No tocante à radiodifusão, as coisas aconteceram de forma diferente: se o negro havia entrado na moda e dela saído em poucos anos, o rádio, até então, sequer havia sido cogitado, entre nós, como tema sério da reflexão acadêmica. Era assunto por demais ligeiro, a ser discutido apenas em revista de mexericos, publicações descartáveis que veiculavam, sem maiores compromissos, informações fúteis ligadas ao lazer do povo e para deleite do homem comum. Desde o seu nascimento, em 1922, o rádio não havia entrado na moda do labor

acadêmico, apesar de haver sido introduzido no país por dois renomados cientistas – Roquette-Pinto e Henry Morize – e haver sido acolhido com entusiasmo por intelectuais como Amadeu Amaral, Luciano Gallet e Mário de Andrade. Porém, o estudo que propunha só teria sentido se palmilhasse essa trilha tão preconceituada, pois a minha preocupação era testar, com dados sistemáticos, a hipótese altamente plausível de Bastide de que, ao lado do futebol, a música parecia se constituir em área excepcional de integração do negro à sociedade brasileira. À época, o rádio se apresentava como o nicho principal da música, pelo menos popular, em termos de inserção ocupacional. Foi por aí, pois, que me enveredei.

Nessa mesma fase histórica, as teorias da comunicação não eram familiares à nossa vida acadêmica. Não se falava, então, em indústria cultural, em Escola de Frankfurt, em Walter Benjamin, T. W. Adorno, J. Habermas, U. Eco, M. McLuhan e em tantos outros. Nem mesmo as escolas de comunicação – a exemplo da ECA-USP – haviam sido fundadas. Para realizar meu estudo apoiei-me em três vertentes teóricas: a antropologia social inglesa, de R. Brown; a estrutura-funcionalista de Parsons – tão a gosto de Florestan Fernandes e que por tal preferência foi posterior e injustamente criticado – e elementos da teoria da aculturação, cujo prestígio de vinte anos entre nós somente começaria a ser solapado quase dez anos depois, sob pressão do estruturalismo e do marxismo. Acreditava, como ainda acredito, que a adoção desse esquema teórico pluridisciplinar me permitiria reunir no mesmo trabalho a tradição da antropologia no estudo da cultura e as recentes elucidações da sociologia no plano das estruturas sociais.

Pois bem. Como afirmou um antropólogo, porventura Kroeber, a moda é tão cíclica como caprichosa, até mesmo nos domínios do saber científico-acadêmico: hoje, o negro e o rádio (como outros meios de comunicação) estão registrados nas partes nobres da agenda de nossos estudiosos, gerando uma série de notáveis trabalhos que enriquecem a academia brasileira.